



GT 21. Buscando a vida em paisagens incertas

Coordenador(es):

Federico Neiburg (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Thomas Jacques Cortado (Unicamp)

Sessão 1

Debatedor/a: Thomas Jacques Cortado (Unicamp)

Sessão 2

Debatedor/a: Rodrigo Charafeddine Bulamah (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Sessão 3

Debatedor/a: Federico Neiburg (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Nos últimos anos, a antropologia tem se engajado em uma crítica etnográfica ao conceito de vida, questionando binarismos que opõem vidas biológicas e vidas biográficas, naturais e sociais, os universos da vida e da morte, das vidas humanas e mais-que-humanas. Esses questionamentos ganham urgência diante de processos contemporâneos como a dessalarização do trabalho, a precarização do emprego, a carestia, as crises ambientais, o deslocamento de populações, colocando em jogo os conceitos de sobrevivência e de vida plena, de sorte, destino e força que informam as diferentes formas de se virar na vida. Interessa-nos enriquecer essa crítica de forma comparativa, aproximando contextos globais nos quais pessoas e coletivos buscam suas vidas (se viram, hacen sus vidas, make their living, chache lavi) em quadros de agudas mudanças que embaralham dimensões políticas, econômicas e ambientais. Buscamos assim revisar o próprio conceito de incerteza, retomando questões clássicas como as relações entre estrutura e conjuntura ou entre ordinário e extraordinário. Inspirados pelo tema do congresso, pensando não só saberes, mas também práticas insubmissas, convidamos a refletir de que forma as paisagens incertas envolvem perturbações nas perspectivas temporais, enquanto estados passageiros ou permanentes, compondo espaços de experiência ou horizontes de expectativas, interagindo com as relações entre gerações, mobilizando metáforas e analogias ou produzindo novos conceitos e formas associativas.

Não ser monstro. Viver e sobreviver para mulheres atacadas com agentes químicos

Autoria: María Elvira Díaz Benítez (PPGAS Museu Nacional)

Em 2012 as notícias de jornal diziam que a Colômbia era o país com a maior incidência de ataques com ácido no mundo. As vítimas, majoritariamente mulheres. A identidade dos algozes oscilava entre o companheiro sentimental, o ex-companheiro, um pretendente que fracassou em sua tentativa de conquista, um homem apaixonado e obcecado com uma mulher à qual nunca se aproximou, ou um desconhecido. Os desconhecidos abriam a suspeita de serem pessoas contratadas para realizar o ataque por um ex-companheiro ou por um homem obcecado. Em 2016 foi assinada a Lei Natalia Ponce de León que daria um enquadramento legal específico e penas de 15 a 50 anos para quem cometesse aquilo que a partir desse momento seria um crime. Análises realizadas pelo Ministério de Saúde em Bogotá e pela Secretaria Especial da Mulher, parecem indicar que devido a essa Lei, um forte work midiático, a configuração de um protocolo de atendimento jurídico e médico para pessoas recém atacadas, entre outras políticas públicas, houve uma diminuição palpável desses eventos no país ao ponto de abandonar a cabeceira das estadísticas no mundo. Mais ainda, levaram a que mulheres que tinham sofrido o ataque anos atrás, pudessem começar a rotina médica de reconstrução de seus rostos e de outras partes do corpo atingidos pelo agente químico. Este work apresenta as primeiras



impressões de uma pesquisa iniciada em 2019 junto a mulheres que sofreram esse ataque, junto a cirurgiões, psicólogos e terapeutas que as atendem e junto a alguns agentes do Estado. Logo de entrada no meu work de campo, fui advertida por uma delas: "nós não somos vítimas, somos sobreviventes?". Outra mulher me disse: "mais do que sobrevivente, eu gosto de me chamar de resiliente?". Focarei, assim, nos atos que tem levado à reconfiguração de seus cotidianos em um mundo no qual o ácido tem a capacidade de "fazer monstros?". O que é fazer a vida para quem não deseja enxergar seu próprio rosto? Sobrevivência e resiliência nos informarão sobre esses modos e atos de habitar o mundo.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: